



**GRADES DA ESEF/UFRGS: CINCO PONTOS DE TENSÃO EM 70 ANOS DE ALTERAÇÕES CURRICULARES**

Felipe Wachs  
Alex Branco Fraga  
Rute Viégas Nunes  
Cibele Biehl Bossle  
Ana Paula Pagliosa Bastos  
Felipe Freddo Breunig

**RESUMO**

*O objetivo do texto é apresentar, de forma panorâmica, cinco pontos de tensão constituídos a partir de, e ao mesmo tempo mobilizadores de, alterações curriculares nas grades de disciplinas do curso superior em educação física da ESEF/UFRGS ao longo de seus 70 anos. Os cinco pontos de tensão identificados são: 1) vinculação das disciplinas aos diferentes departamentos; 2) separação dos percursos curriculares de homens e mulheres; 3) proporcionalidade entre disciplinas obrigatórias e eletivas; 4) surgimento e expansão dos estágios obrigatórios; 5) fortalecimento da pesquisa na formação inicial. Visualizamos, ainda, que os pontos de tensão convergiram de forma mais intensa em três grandes momentos: a federalização da escola em 1970, as mudanças curriculares de 1987 e a divisão licenciatura/bacharelado em 2005.*

**Palavras-chave:** Formação; currículo; educação física.

**ABSTRACT**

*The aim of this paper is to present, so panoramic, five points of tension formed from, while mobilizers, curricular changes in the grids of disciplines in the college's physical education ESEF UFRGS throughout its 70 years. The five points of tension identified are: 1) linking the different departments of the disciplines, 2) separation of curricular paths of men and women, 3) proportionality between required courses and electives, 4) the emergence and expansion of required internships, 5) strengthening in the initial search. Visualize also that the points of tension more fully converged in three major phases: the federalization of the school in 1970, curriculum changes in 1987 and division undergraduate / bachelor's degree in 2005.*

**Keywords:** education; curriculum; physical education.

**RESUMEN**

*El objetivo de este trabajo es presentar, de manera panorámica, a cinco puntos de tensión formado por, mientras que los activistas, los cambios curriculares en las redes de grado en las disciplinas de educación física ESEF UFRGS lo largo de su 70 años. Los cinco puntos de tensión identificados son: 1)*



*la vinculación de los diferentes departamentos de las disciplinas, 2) la separación de las trayectorias curriculares de los hombres y mujeres, 3) proporcionalidad entre los cursos obligatorios y electivos, 4) la aparición y expansión de las prácticas obligatorias, 5) el fortalecimiento de en la búsqueda inicial. Visualizar también que los puntos de tensión más plenamente convergentes en tres fases principales: la federalización de la escuela en 1970, los cambios curriculares en el año 1987 y el grado de licenciatura división o de licenciatura en 2005.*

**Palabras-clave:** *formación; programas de estudios; educación física.*

## **INTRODUÇÃO**

Durante o ano de 2010, o grupo de estudo e pesquisa POLIFES (Políticas de Formação em Educação Física e Saúde) dedicou-se a investigar e analisar as grades de disciplinas do curso superior em educação física da UFRGS, desde sua implementação em 1941 até o ano de 2010. A investigação fez parte de um projeto maior do Núcleo UFRGS da Rede CEDES intitulado “*Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1940-2010): mapeando cenários da formação profissional e da produção do conhecimento em políticas públicas de esporte e lazer*”.

Durante 70 anos de existência, diferentes composições curriculares constituíram a formação promovida na Escola de Educação Física (ESEF). O atual momento é efervescente nesta discussão, já que se discute na ESEF a organização e implementação de um novo currículo. Entendemos que formação não se limita a grades curriculares, mas perpassa atividades extraclasse, valores incorporados, relações de poder, entre outros elementos. Esse trabalho, no entanto, está voltado para uma análise da formação a partir de documentos, sobretudo das composições da grade curricular ao longo dos anos.

Iniciamos nosso processo de investigação acessando produções científicas já publicadas acerca da formação da ESEF (BRAUNER, 1999; MAZO, 2005; GOELLNER, 2005) e produções que tratassem da temática curricular da educação física de maneira mais ampla (SOUZA NETO et al, 2004) e que pudessem dar suporte às nossas análises. Em um segundo movimento, investimos em fontes primárias. Procuramos recolher documentos que possibilitassem uma visualização ampla do currículo e de suas modificações.

As grades curriculares dos últimos 40 anos foram mais fáceis de serem acessadas através dos Catálogos de Curso de Graduação (publicação da UFRGS entre 1973 e 2002) ou de informações disponibilizadas na página da internet da Universidade. Esse período coincide com a época em que a ESEF é federalizada (1970). A composição das grades curriculares anteriores a esse período, época na qual a ESEF era gerenciada pela esfera estadual, foram construídas a partir dos livros de “Registro de Grau” nos quais puderam ser visualizadas as disciplinas cursadas pelos acadêmicos. Apesar do esforço, não conseguimos compor as grades curriculares de todos os anos, permanecendo duas lacunas: 1958/1959 e 1963/1972.



A análise das grades curriculares dos 70 anos de curso superior em educação física da ESEF/UFRGS permitiu identificar seis pontos de tensão que, ao mesmo tempo em que foram constituídos a partir das alterações curriculares, mobilizaram essas alterações ao longo dos anos. Os pontos de tensão identificados são: 1) currículos da ESEF e o marco regulatório educacional 2) vinculação das disciplinas aos diferentes departamentos; 3) separação dos percursos curriculares de homens e mulheres; 4) proporcionalidade entre disciplinas obrigatórias e eletivas; 5) surgimento e expansão dos estágios obrigatórios; 6) fortalecimento da pesquisa na formação inicial. O ponto de tensão “currículos da ESEF e o marco regulatório educacional” foi discutido de forma mais aprofundada no artigo “Alterações curriculares de uma escola septuagenária: um estudo sobre as grades dos cursos de formação superior em educação física da ESEF/UFRGS” (FRAGA et al, 2010) publicado em edição especial de 2010 da Revista Movimento. O artigo da Movimento apresenta, também, uma revisão sobre os estudos de currículo de formação superior em educação física.

O presente texto apresenta de forma panorâmica os cinco últimos pontos, sem pretensão de dar conta de sua complexidade neste enxuto espaço.

## **VINCULAÇÃO DAS DISCIPLINAS AOS DIFERENTES DEPARTAMENTOS**

A federalização da ESEF em 1970<sup>1</sup> possibilitou o ingresso em uma grande estrutura universitária. Este fato afetou significativamente a estrutura da grade curricular do curso de educação física. Um dos movimentos de análise que realizamos em relação às grades curriculares foi sobre os códigos atribuídos às disciplinas que a compunham. Através dos códigos é possível visualizar a que departamento a disciplina está vinculada. As disciplinas que passaram a compor a grade curricular não mais se limitavam à ESEF. Os alunos passaram a transitar por outras escolas, faculdades e institutos localizados em outros campus e a frequentar aulas com professores de outras unidades e alunos de outros cursos.

Neste período pós-federalização, disciplinas vinculadas a outras unidades da universidade voltadas para ciências biológicas, ciências humanas, ciências médicas e letras são ofertadas em caráter obrigatório para o curso de educação física. Em 1980, por exemplo, 50 dos 169 créditos obrigatórios eram ofertados por departamentos de outras unidades. Isto sem contar os créditos de algumas disciplinas de caráter alternativo, quando era preciso optar por uma ou outra, como no caso de Psicologia da Aprendizagem ou Psicologia do Ensino. As disciplinas oferecidas pelos departamentos da Escola de Educação Física<sup>2</sup> eram, em sua grande maioria, destinadas ao ensino de alguma modalidade esportiva, voltadas para ginástica ou, ainda, para atividades recreativas. Podemos afirmar que, neste momento, o ambiente de exercícios práticos é destinado aos departamentos da educação física enquanto que o aporte teórico é delegado a departamentos de outras unidades. Situação, esta, distinta da que ocorria na época em que a Escola

<sup>1</sup> A criação da ESEF, em 1940, está fortemente relacionada à obrigatoriedade da educação física prevista na Constituição de 1937 e ao Decreto-Lei nº 1.212/39 que determinou, a partir do primeiro dia de janeiro de 1941, a exigência do diploma de licenciado em educação física para desempenhar o cargo de professor de educação física em estabelecimentos oficiais.

<sup>2</sup> Durante muitos anos, a ESEF contou com dois departamentos, Departamento de Desportos e o Departamento de Ginástica e Recreação, posteriormente unificados em Departamento de Educação Física. O que nos interessa, neste momento, é analisar os movimentos entre o dentro e o fora da Escola.



encontrava-se sob gestão estadual. A Escola também passou a receber alunos de outros cursos para realizar prática desportiva, componente que se tornara obrigatório em nível superior através do Decreto-lei nº 705/69<sup>3</sup>.

Aos poucos, os departamentos da educação física começaram a estruturar disciplinas de aporte teórico que dessem conta da especificidade do campo de saber e, por vezes, até incorporar disciplinas que eram, anteriormente, de outros departamentos. Um primeiro movimento que pudemos visualizar neste sentido é a criação, em caráter eletivo, no ano de 1978, das disciplinas de Introdução ao Estudo do Treinamento Esportivo, Avaliação Funcional e Evolução e Funcionamento da Educação Física e Desportos e a transferência das disciplinas de Cinesiologia e Biometria do departamento das ciências biológicas para um departamento da educação física.

A relação entre departamentos da ESEF e departamentos de outras unidades da universidade na composição da grade curricular passa por novos movimentos no ano de 1987. É nesse ano que o número de disciplinas obrigatórias é reduzido a bem menos da metade dos créditos necessários para colar grau. Como mencionado anteriormente, em 1980, dos 169 créditos obrigatórios, 50 eram de disciplinas de outros departamentos. Em 1987, pouco se alterou em relação às disciplinas externas quanto à obrigatoriedade. A flexibilização do currículo através da delegação aos alunos para escolher entre as disciplinas eletivas foi no território da própria Escola. Em números, dos 74 créditos obrigatórios de 1987, 49 correspondiam a disciplinas de outros departamentos e 25 ao departamento de educação física. A computação de créditos obrigatórios estava mais fora que dentro da própria Escola.

No entanto, outras alterações podem ser notadas na grade curricular do ano acima citado. Passam a ser ofertadas disciplinas de caráter eletivo vinculadas a departamentos de outras unidades. Nos departamentos da educação física, ocorre a criação de uma série de novas disciplinas, mesmo que em caráter eletivo, que reforçam o movimento de fortalecimento da especificidade no aporte teórico. Destacamos algumas: Fisiologia do Exercício, História da Educação Física, Desenvolvimento Motor, Aprendizagem Motora, Teoria da Educação Física, Expressão Corporal Aplicada à Educação Física, Metodologia da Pesquisa em Educação Física, Seminário de Pesquisa, Introdução à Biomecânica, Teoria do Treinamento Físico, Metodologia de Ensino em Educação Física, Medicina do Exercício, Fundamentos em Educação Física Especial, Organização e Administração em Educação Física.

Nos anos seguintes, algumas dessas disciplinas tornaram-se obrigatórias e outras mais foram criadas como Introdução à Educação Física, Psicologia do Esporte, Medidas e Avaliação em Educação Física, Educação Física Infantil e Fundamental, Educação Postural, Educação Física e Terceira Idade, Educação Física Cultura e Sociedade. Em sentido contrário, algumas das disciplinas de outros departamentos que eram obrigatórias passam a ser eletivas. Aumenta bastante, também, a oferta de disciplinas eletivas vinculadas a outros departamentos. De forma que, em 2004, ano que precede a criação do curso de bacharelado e a “nova licenciatura”, o número total de créditos obrigatórios para colar grau é 92, dos quais 52 são respectivos a disciplinas do departamento de educação física, 28 de departamentos ligados à Faculdade de Educação e 12 ao Instituto de Ciências Básicas da Saúde.

<sup>3</sup> A obrigatoriedade de prática desportiva para todos alunos da universidade é extinta através da Resolução 55/97-CEPE de 17/12/97.



Os cursos de bacharelado e a “nova licenciatura” apresentam uma nova configuração desta relação entre disciplinas obrigatórias, departamento de educação física e departamentos de outras unidades. O número de disciplinas obrigatórias aumenta consideravelmente e a proporção das mesmas em relação ao departamento de educação física também. A “licenciatura nova”, em 2010, apresenta 120 de seus 200 créditos em caráter obrigatório. Destes 120, três quartos correspondem a disciplinas vinculadas ao departamento de educação física e o restante a departamentos vinculados a Faculdade de Educação e ao Instituto de Ciências Básicas da Saúde. Já no curso de bacharelado, as mudanças acontecem de maneira ligeiramente diferente. Aproximadamente metade dos créditos necessários para colar grau tem caráter obrigatório. Destes, uma esmagadora maioria é de disciplinas vinculadas ao departamento de educação física. Não há disciplinas obrigatórias vinculadas à Faculdade de Educação e menos de um quinto dos créditos obrigatórios é oriundo de disciplinas do Instituto de Ciências Básicas da Saúde.

Constatamos que, desde a federalização até os nossos dias, uma série de disciplinas, muitas das quais com temáticas de aporte teórico, são criadas no departamento de educação física e que, simultaneamente, acontece uma diminuição do espaço ocupado na grade curricular do curso de educação física por disciplinas de departamentos de outras unidades da universidade, principalmente na quantidade de créditos obrigatórios.

## **PERCURSOS CURRICULARES DE HOMENS E MULHERES**

Ao analisar a composição das grades curriculares ao longo dos anos, pudemos observar distinções nos percursos curriculares de homens e mulheres. As distinções foram visualizadas de duas maneiras diferentes. A primeira foi em relação a conteúdos a serem ministrados apenas para mulheres ou apenas para homens. A segunda forma de distinção é a separação de homens e mulheres para ministrar conteúdos semelhantes.

Analisando de forma longitudinal, estabelecemos três diferentes períodos no que tange ao percurso acadêmico de homens e mulheres na ESEF/UFRGS. O primeiro corresponde ao período entre o início das atividades da escola até o momento de sua federalização, o segundo da federalização até as alterações curriculares promovidas em 1987, e o terceiro período a partir de 1987.

Como já comentamos, o Decreto-lei nº 1212/39 orientou a composição curricular da ESEF. Ele classificava as modalidades de ensino em aulas teóricas, aulas práticas e exercícios. Deveriam ser ministradas através de exercícios as disciplinas de educação física geral, ginástica rítmica e os desportos. O artigo 8º prevê que a ginástica rítmica é destinada às mulheres, determinação reiterada pelo Art. 26º do Decreto-Lei nº 8.270/45. O Decreto-lei de 1939 determina, ainda, em seu artigo 17º, que os exercícios destinados às mulheres deveriam ser conduzidos por professoras, o que reforça a lógica de conteúdos femininos e masculinos. Por fim, o artigo 31º determina que “os programas de educação física geral e de



desportos destinados aos alunos de sexo<sup>4</sup> masculino serão diferentes dos destinados aos alunos do sexo feminino”.

Com base nos decretos acima, foi elaborado o Regimento Interno da ESEF/UFRGS no ano de 1960, que reforça a distinção entre homens e mulheres no currículo, a notar pelo Art. 55º do próprio Regimento que diz,

Os alunos do sexo masculino e feminino só terão em conjunto as aulas teóricas; as aulas práticas e os exercícios serão ministrados, tanto quanto possível, separadamente, por turmas. Entretanto, sempre que houver possibilidade, as aulas teóricas serão ministradas aos alunos do sexo masculino e feminino, separadamente.

No material acessado não foi possível verificar se a disciplina de educação física geral e se todas as disciplinas de esportes eram ministradas de forma separada para homens e mulheres a ESEF. A partir dos livros de Registro de Graus, no entanto, pudemos verificar que ginástica rítmica era ministrada apenas para mulheres e as disciplinas de water pólo/pólo aquático, ginástica de aparelhos, ataque e defesa, levantamento de pesos e halteres, remo e futebol apenas para homens. Também a disciplina de tênis, em alguns anos, e a de esgrima, em praticamente todos os anos do período, são cursadas apenas por homens.

O que marca este primeiro período é a distinção de conteúdos destinados a mulheres e de conteúdos destinados a homens dentro da formação em educação física. Apesar de previsto na legislação de 1939, não pudemos verificar, a partir do material acessado, se disciplinas esportivas como voleibol e basquetebol eram ministradas separadamente.

No período que segue a federalização e se estende até as alterações curriculares de 1987, pudemos verificar um série de movimentos na grade curricular que vão ao encontro de desconstruir a lógica de conteúdos destinados a homens e a mulheres na educação física. Disciplinas que anteriormente eram ministradas apenas a homens ganham uma turma destinada a mulheres e vice versa. São os casos de: Rítmica masculina (após 1975); Futebol feminino (após 1978); Judô feminino (após 1980); Remo feminino (após 1985).

Tênis, esgrima e levantamento de pesos e halteres não aparecem mais com distinções para homens e mulheres na grade curricular. A disciplina de Defesa Pessoal Feminina é criada e algumas disciplinas permanecem exclusivamente masculinas como futebol de salão e pólo aquático.

Com as alterações de 1987, as disciplinas previstas apenas para homens ou apenas para mulheres na grade curricular desaparecem. Não significa, no entanto, que os percursos tenham se tornado os mesmos para ambos. Lembramos que as alterações curriculares de 1987 na ESEF/UFRGS implementaram um currículo com poucas disciplinas obrigatórias e muitas disciplinas eletivas. Provavelmente disciplinas consideradas “femininas”, por exemplo, tenham se mantido majoritariamente frequentadas por mulheres. Não pretendemos aqui discorrer sobre distinções de gênero, mas sim apontar as três fases que constatamos nas grades curriculares em relação ao percurso de homens e mulheres.

<sup>4</sup> O conceito de gênero opõe-se ao de sexo, enquanto este último termo está ligado aos aspectos estritamente biológicos da identidade sexual, o termo gênero refere-se aos aspectos socialmente construídos do processo de identificação sexual (SILVA, 1999). Utilizaremos o termo “sexo” tal como está nos livros de Registro de Graus da ESEF/UFRGS e na legislação.



## PROPORCIONALIDADE ENTRE DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E ELETIVAS

Os primeiros anos da ESEF foram marcados por currículos que estipulavam todas as disciplinas em caráter obrigatório uniformizando o percurso acadêmico. Esta característica é mantida até a época da federalização, quando o aluno deve escolher, nos últimos semestres, duas entre as disciplinas opcionais ofertadas pela Escola. A partir de 1987, como já mencionado anteriormente, existe uma grande flexibilização das disciplinas que deveriam compor a formação de um professor de educação física. A Resolução nº 3/87 do Conselho Federal de Educação delegara às instituições de formação a responsabilidade de compor o currículo. Na ESEF/UFRGS resultou em uma grande diminuição do número de disciplinas obrigatórias, tanto que elas passaram a corresponder a bem menos da metade dos créditos necessários para colar grau.

Em 1987, o aluno precisava cursar 74 créditos obrigatórios e 117 créditos eletivos para colar grau. Esse cenário permanece assim, com flutuações mínimas no número de créditos até o ano de 2001 quando a proporcionalidade equilibra-se um pouco: 92 créditos obrigatórios e 100 eletivos. Resulta que a responsabilidade por selecionar as disciplinas a serem cursadas é repassada ao aluno.

Contamos, no material coletado, as possíveis disciplinas eletivas para os alunos e seus respectivos créditos. Na grade de 1987 existiam 216 créditos eletivos possíveis, dos quais o aluno deveria optar por 117. Sabemos, todavia, que nem todas as disciplinas disponíveis na grade curricular eram de fato oferecidas. De qualquer forma, dois alunos que ingressassem no mesmo ano e se formassem juntos, poderiam ter cursado muitas disciplinas diferentes um do outro. Outra consequência gerada é que algumas disciplinas eletivas poderiam contar com um número bastante reduzido de alunos.

Para restringir um pouco as diferenças se estipulou seis áreas de disciplinas: biológicas, pedagógicas, de ginástica e recreação, de esportes individuais, de esportes coletivos e disciplinas complementares. Para cada uma dessas áreas estabeleceu-se mínimos de créditos a serem cursados, exigindo um grande esforço matemático na hora de se matricular do aluno para atender a tal determinação.

Área	Créditos oferecidos	Mínimo Exigido
Biológica	35	23
Pedagógica	52	27
Ginástica e recreação	52	25
Desportos Individuais	65	25
Desportos Coletivos	50	25
Complementar	40	14



Total	294	139
-------	-----	-----

Tabela retirada do Catálogo de cursos da UFRGS de 1989.

Retomando a proporcionalidade entre eletivas e obrigatórias, pequenas flutuações acontecem até a implantação do curso de bacharelado em 2005. O curso de bacharelado e, principalmente, a “nova” licenciatura são instituídos com uma proporcionalidade bastante distinta da corrente até então, passando as obrigatórias a ser maioria. Entra em cena, também, a exigência de uma nova modalidade de créditos chamados de complementares. Os últimos três anos tiveram as seguintes proporcionalidades: bacharelado – 82 obrigatórias, 74 eletivas e 12 complementares; licenciatura – 120 obrigatórios, 68 eletivos e 12 complementares.

Compreendemos que a proporcionalidade entre disciplinas obrigatórias e eletivas é um dos fatores que mobiliza a composição da grade curricular e é reflexo da relação entre uniformizar a formação e flexibilizá-la frente à contextos culturais e interesses institucionais ou pessoais. Duas questões que se apresentam são: como não engessar a formação frente às múltiplas manifestações da cultura corporal e às possibilidades de campos de intervenção? e como uniformizar a formação para que se tenha um perfil de profissional do qual se possa esperar determinadas competências?

## **SURGIMENTO E EXPANSÃO DOS ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS**

Aproximar acadêmicos dos cenários de prática pode ser visto como uma estratégia para qualificar a formação de futuros profissionais. Vivenciar práticas corporais esportivas e presenciar uma série de aulas na universidade são fundamentais para formação em educação física, mas não é difícil conceber que, por vezes, existem distâncias abismais entre o contexto acadêmico e os cenários nos quais os profissionais atuam. Ao analisarmos as grades curriculares, percebemos uma crescente valorização de estágios supervisionados, provavelmente pautados pela intenção de minimizar tais distâncias. Oportunidade para que alunos experimentem-se no exercício profissional e contem com o auxílio de um supervisor para acompanhar suas atividades, aconselhar ou mesmo corrigir suas práticas.

Atualmente, o estágio curricular supervisionado é componente curricular obrigatório. Na ESEF/UFRGS este componente aparece pela primeira vez no após sua federalização, na sexta etapa, como disciplina obrigatória e vinculada ao departamento de educação, contabilizando seis créditos. Isso acontece após a LDB de 1961 e na mesma época em que são implementados os currículos mínimos para os cursos de graduação e uma série de resoluções procuram qualificar a formação pedagógica em cursos de licenciatura (SOUZA NETO, 2004). Na década de 70, disciplinas como didática, psicologia do ensino e estrutura e funcionamento do ensino de I e II graus passam a compor o currículo. Podemos visualizar na legislação, de forma clara, a previsão de prática de ensino sob forma de estágio supervisionado como exigência para o exercício docente em escolas de 2º grau na Resolução do CFE<sup>5</sup> nº 9, de 10 de Outubro de 1969: “Art. 2.º – *Será obrigatória a Prática de Ensino das matérias que sejam objeto de habilitação*”

<sup>5</sup> Conselho Federal de Educação, atual Conselho Nacional de Educação.



*profissional, sob a forma de estágio supervisionado a desenvolver-se em situação real, de preferência em escolas da comunidade”.*

Em 1974, altera-se o nome da disciplina de Estágio Supervisionado para Prática de Ensino em Educação Física, mantendo-se o número de créditos e sua vinculação ao departamento de educação. Em 1978 o número de créditos da disciplina aumenta para oito. Em 1987, o curso passa a ter 4 anos de duração e o estágio passa para a oitava etapa do curso, mantendo a característica de compor a última etapa da formação acadêmica. É acrescentado, ainda mais um crédito à sua carga horária, passando a nove créditos obrigatórios. Em 1999, acontece novo aumento, alcançando, então, dez créditos.

Em 2005, a ESEF/UFRGS que contava com um curso intitulado de “licenciatura plena”, passa a oferecer dois, um de licenciatura que aqui estamos chamando de “nova licenciatura” e um de bacharelado. Se contarmos, ainda, os alunos remanescentes da “licenciatura plena”, a partir de 2005 contamos com três composições diferentes de grades curriculares. Para os alunos antigos manteve-se a disciplina de Prática de Ensino até 2007. Em 2008, ela foi substituída pela intitulada Estágio de Docência em Ensino Fundamental, vinculada ao departamento de educação física e não mais do departamento de educação<sup>6</sup>, mas mantendo a carga horária de dez créditos.

Para os “novos cursos”, uma nova formatação de estágio é instituída desde sua implementação em 2005. Acontece um significativo aumento na carga horária obrigatória destinada aos estágios e, também, uma diversificação de cenários nos quais deveriam ser promovidos. Cada um dos cursos passa a contar com três diferentes disciplinas de estágio. Para a licenciatura “nova” são instituídas as disciplinas de Estágio de Docência em Ensino Infantil, Estágio de Docência em Ensino Fundamental e Estágio de Docência em Ensino Médio, a serem cursadas, respectivamente nas 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> etapas do curso, cada uma com 10 créditos de carga horária. O curso de bacharelado também exige a realização de três disciplinas de estágio obrigatórias em cenários de prática distintos, sem, no entanto, contabilizarem créditos. Também possuem a previsão de serem cursadas nas últimas três etapas, as disciplinas são Estágio em Atividades Esportivas, Estágio em Atividades Físicas e Saúde e Estágio em Atividades Recreativas e Lazer.

Pudemos notar, que, nas grades curriculares ao longo dos anos, os estágios vão ganhando força, ocupando mais espaço em termos de carga horária. Nos cursos novos podemos verificar, ainda, a quebra da característica do estágio como fechamento da formação. A realização de estágios é antecipada e já não fica relegada à última etapa do curso. Na sequência, apresentamos uma tabela ilustrando as alterações na grade curricular ao longo dos anos.

ANO/ SEM	DISCIPLINA	CARÁTER	CRÉD	ORDENAMENTO
1973	EDU203 – ESTÁGIO SUPERVISIONADO	OB	6	06 ETAPA

<sup>6</sup> Apesar da vinculação da disciplina ao departamento de educação física ocorrer apenas em 2008 para os remanescentes do antigo curso de licenciatura, e em 2005 para os “novos cursos”, não foi possível precisar quando, mas há muito tempo ela já era ministrada por professores vinculados ao departamento de educação física.

				(ÚLTIMA)
1974	EDU232 - PRÁTICA DE ENSINO EM EFI	OB	6	06 ETAPA (ÚLTIMA)
1978	EDU232 - PRÁTICA DE ENSINO EM EFI	OB	8	06 ETAPA (ÚLTIMA)
1987	EDU232 - PRÁTICA DE ENSINO EM EFI	OB	9	08 ETAPA (ÚLTIMA)
1999	EDU02232 - PRÁTICA DE ENSINO EM EFI	OB	10	08 ETAPA (ÚLTIMA)
2008	EFI04XX2 (EFI04047)- ESTÁGIO DE DOCÊNCIA EM ENS FUNDAMENTAL (para “licenciatura plena”)	OB	10	08 ETAPA (ÚLTIMA)
2005	ESTÁGIO DE DOCÊNCIA EM ENSINO INFANTIL			
	ESTÁGIO DE DOCÊNCIA EM ENSINO FUNDAMENTAL	OB	10	06 ETAPA
	ESTÁGIO DE DOCÊNCIA EM ENSINO MÉDIO	OB	10	07 ETAPA
	(para “licenciatura nova”)	OB	10	08 ETAPA
2005	ESTÁGIO EM ATIVIDADES ESPORTIVAS			
	ESTÁGIO EM ATIVIDADES FÍSICAS E SAÚDE	OB		06 ETAPA
	ESTÁGIO EM ATIVIDADES RECREATIVAS E LAZER	OB		07 ETAPA
	(para bacharelado)	OB		08 ETAPA

## **FORTALECIMENTO DA PESQUISA NA FORMAÇÃO INICIAL**

No material levantado referente às grades curriculares dos 70 anos da ESEF/UFRGS, três momentos foram marcantes para a pesquisa no currículo desta Escola: os anos de 1987, 2001 e 2003. O primeiro momento aconteceu com a emergência da pesquisa no currículo da graduação em 1987<sup>7</sup>, através da inserção de duas

<sup>7</sup> De acordo com o levantamento realizado, da implantação da Escola de Educação Física até 1987, não haviam disciplinas direcionadas à formação para a pesquisa no currículo da ESEF/UFRGS.



disciplinas: Metodologia da Pesquisa em Educação Física e Seminário de Pesquisa em Educação Física, ambas em caráter eletivo. Durante os 47 anos que antecederam essa emergência, o currículo da ESEF/UFRGS sofreu ajustes e alterações de diversas ordens. Alguns movimentos que ocorreram na Educação Física brasileira e que precederam a esta emergência parecem ter sido relevantes para que ela ocorresse.

De acordo com Bracht (1997), até aproximadamente a década de 1960 o discurso no âmbito da Educação Física era marcado pelo viés pedagógico, porém, a partir desse momento, passa a ganhar espaço uma nova onda cientificista decorrente do desenvolvimento do fenômeno esportivo após a II Guerra Mundial. Esse autor destaca que a década de 1970 foi decisiva para a área da Educação Física/Ciências do Esporte e que uma série de iniciativas foram realizadas nesse setor, como: o envio de grande número de professores para cursar pós-graduação no exterior; o estabelecimento de convênios e intercâmbios com centros de pesquisa no exterior; a criação e implantação de cursos de pós-graduação na área; a implantação de laboratórios de pesquisa em alguns centros universitários (BRACHT, 1999).

Dentro desse contexto, em 1973, foi implantado o Laboratório de Pesquisa do Exercício da Escola de Educação Física (LAPEX) na ESEF/UFRGS, com o objetivo inicial de “desenvolver pesquisas de caráter biológico e com concentração no âmbito da fisiologia do exercício para atender a uma demanda governamental de políticas públicas de formação de atletas olímpicos” (JOB, 2006, p. 75). Naquela ocasião, as pesquisas realizadas no LAPEX ficavam centradas nos interesses dos pesquisadores ou do coordenador do laboratório (JOB, 2006) e ainda encontravam-se desvinculadas da Escola.

Em 1980, o LAPEX, que vinha sendo mantido financeiramente pelo DED/MEC, deixou de receber verbas para pesquisa e o auxílio passou a acontecer somente através de projetos apresentados às agências de fomento (JOB, 2006). Em 1982, o DED foi alçado à SEED (Secretaria de EFI e Desportos) e suas diretrizes passaram a visar à realização de programas de incentivo à prática regular de atividades físicas por escolares e com ênfase na melhoria das equipes esportivas de elite, o que incentivou pesquisas de caráter pedagógico, psicológico e sociológico (JOB, 2006).

Em 1986, foi criado o primeiro grupo de pesquisa vinculado e situado na Escola de Educação Física da UFRGS, o Grupo de Pesquisa em Atividades Aquáticas e Terrestres<sup>8</sup> (GPAT). Deste ano em diante, uma série de outros grupos de pesquisa foram instituídos na Escola. No ano de 1989, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano<sup>9</sup> (PPGCMH) na ESEF/UFRGS e ofertado o curso de Mestrado. Em 1992 foram defendidas as primeiras dissertações de mestrado e em 2000 iniciou o curso de doutorado. No ano de 2003, foram defendidas as primeiras teses de doutorado<sup>10</sup> no PPGCMH.

Paulatinamente a pesquisa foi ganhando força na ESEF/UFRGS. Esse fato pode ser percebido também no currículo da Escola, pelo aumento do número de disciplinas relacionadas a essa temática: de

<sup>8</sup> Conforme informações do site do CNPQ. Disponível em:

<<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0192409BA8ZLW0>>. Acesso em: 28 nov. 2010.

<sup>9</sup> Para Job (2006) o LAPEX foi o precursor do PPGCMH da ESEF/UFRGS.

<sup>10</sup> Informações disponibilizadas no site do PPGCMH. Disponível em: <<http://www.esef.ufrgs.br/pos/teses/2003.php>>. Acesso em: 28 nov. 2010.



duas disciplinas eletivas oferecidas em 1987 chegando a cinco em 2010, sendo que no bacharelado são oferecidas quatro delas (três obrigatórias e uma eletiva), cinco na licenciatura 04500 (quatro obrigatórias e uma eletiva) e cinco na licenciatura “nova” (três obrigatórias e duas eletivas).

Às disciplinas de Metodologia da Pesquisa em Educação Física e Seminário de Pesquisa em Educação Física, instituídas em 1987, somou-se, em 1999, a disciplina de Metodologia da Pesquisa Bibliográfica. No ano seguinte, a disciplina de Seminário de Pesquisa em Educação Física foi retirada da grade curricular e foi instituído o Seminário de Monografia. Em 2001, essa disciplina e a de Metodologia da Pesquisa em Educação Física tornaram-se obrigatórias no currículo, estabelecendo um novo marco para pesquisa na graduação. Em 2002 passou a ser oferecida a disciplina de Atividades Complementares em Pesquisa, que foi retirada da grade curricular em 2008/2. Em 2003, ocorreu outro momento importante para a pesquisa no currículo da EF: a disciplina de Seminário de Monografia foi desdobrada em duas e a produção de um trabalho científico tornou-se obrigatória para a conclusão do curso.

Em 2005, com a divisão da graduação em EF em dois cursos (bacharelado e licenciatura) e a manutenção da licenciatura antiga 04500, pequenas diferenças entre as grades curriculares dos cursos podem ser notadas. As disciplinas passaram a ser ofertadas para as três modalidades de curso, com exceção de Atividades Complementares em Pesquisa que só continuou a compor a grade da licenciatura 04500. Também em 2005, passou a ser oferecida a disciplina Pesquisa em Educação I, mas somente para a licenciatura “nova”, em caráter eletivo. Em 2006, as disciplinas Seminário de Monografia I e II foram substituídas por Trabalho de Conclusão de Curso I e II. Em 2007/2 a disciplina de Pesquisa em Educação I passou a ser oferecida também para a licenciatura 04500, porém em caráter obrigatório.

As alterações relacionadas às disciplinas voltadas para a pesquisa no currículo da ESEF/UFRGS podem ser visualizadas na tabela abaixo.

Cabe destacar a importância que a pesquisa, sobretudo a produção decorrente da mesma, foi adquirindo nos últimos anos dentro do contexto acadêmico. Uma significativa parte dos itens pontuáveis em avaliações institucionais decorre dessa produção; uma série de incentivos financeiros depende dela; produções publicadas em periódicos conceituados conferem “*status* acadêmico”; a quantidade de publicações condiciona a vinculação à programas de pós-graduação. Tais circunstâncias permeiam a hipertrofia da pesquisa como componente da grade curricular da graduação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investida que realizamos de analisar os currículos da ESEF/UFRGS a partir das grades curriculares nos permitiu encontrar seis pontos de tensão que se constituíram a partir de, e, ao mesmo tempo, mobilizaram, importantes alterações curriculares. Cada um destes pontos é permeado por relações de poder de diferentes esferas: questões internas da escola, questões entre a Escola e a Universidade,



questões da área da Educação Física e Ciências do Esporte, questões de interesse da esfera pública federal, etc. Neste artigo não pretendíamos dar conta destas relações de poder contidas em cada um dos pontos, mas apresentar um panorama das alterações curriculares da ESEF que possibilitasse a constituição de uma agenda investigativa a partir dos mesmos.

Os seis pontos foram percebidos a partir de alterações, com as quais estavam implicados, promovidas na composição das grades curriculares. A partir destas alterações é possível visualizar cenários que se apresentavam em diferentes momentos dos 70 anos de Escola. Nos documentos acessados, constatamos que os primeiros 30 anos da ESEF foram fortemente direcionados pelo Decreto-lei 1212/39 e que, os pontos de tensão identificados convergem em três grandes momentos: a federalização da Escola em 1970; as mudanças curriculares de 1987; e a divisão licenciatura/bacharelado em 2005. Apesar de a duração do curso ter aumentado de dois para três anos na década de 1960, não houve maiores alterações nas disciplinas oferecidas, de forma que consideramos isso insuficiente para estabelecer um marco.

Ressaltamos que nem sempre as alterações acontecem no ano demarcado, mas sim no período entre seu início e um novo marco e que nem todos os pontos se alteram em todos os três marcos que estabelecemos. O primeiro momento que destacamos como marcante nas alterações relacionadas aos pontos é o período da federalização da ESEF. Esse período está marcado pela influência do estabelecimento das diretrizes mínimas para os cursos de educação física. Inicia-se aí um processo de flexibilização dos currículos e de repasse da responsabilidade por sua composição do Estado para as instituições de ensino. Com a federalização, a ESEF é incorporada a uma grande estrutura universitária e passa a compor seu currículo com disciplinas promovidas na ESEF e disciplinas promovidas em outras unidades da universidade. As disciplinas da ESEF eram voltadas para esportes, ginástica e recreação, enquanto que o aporte teórico estava delegado às outras unidades. Também neste período pós-federalização, disciplinas que, anteriormente, eram restritas a homens passam a ganhar turmas destinadas a mulheres e vice-versa ou, até, tornam-se mistas. Ainda neste momento, são criadas disciplinas voltadas para instrumentalização docente e é instituído o estágio supervisionado.

Em 1987 acontece um segundo momento em que existe uma convergência de alterações. Os seis pontos de tensão que levantamos se manifestam nas alterações promovidas em 1987 ou nos anos seguintes: influência da Resolução CFE n°3/87; a radicalização da flexibilização do currículo que se torna composto majoritariamente por disciplinas eletivas; o desaparecimento de ofertas distintas de disciplinas para homens e mulheres; o gradativo aumento de carga horária destinada ao estágio; a oferta de disciplinas voltadas para a iniciação científica. Neste período encontramos um movimento para o qual gostaríamos de chamar a atenção. Em 1987, a maioria das disciplinas obrigatórias e de aporte teórico era promovida por outras unidades da universidade. Gradativamente foram sendo criadas disciplinas de aporte teórico nos departamentos da ESEF, algumas das quais foram se tornando obrigatórias, de forma que, antes de 2004, já havia mais disciplinas obrigatórias promovidas na ESEF do que fora.



Estabelecemos o ano de 2005 como o terceiro momento marcante de confluências dos pontos de tensão que vislumbramos: influência da Resolução CNE/CES nº7/2004 no desdobramento da formação em dois cursos (bacharelado e licenciatura); os créditos obrigatórios passam a ser maioria; existe um grande aumento de carga horária destinada a estágios curriculares e uma diversificação dos cenários onde deveriam acontecer; a reafirmação da pesquisa como conteúdo obrigatório; o afastamento, principalmente do curso de bacharelado, de outras unidades da universidade.

Percebemos que as grandes convergências de alterações nas grades curriculares até agora, sempre estiveram fortemente ligadas a promulgação de legislações federais relacionadas ao ensino superior de educação física. Hoje a ESEF passa por um novo processo de significativas alterações na sua proposta de organização da formação. Parece que, pela primeira vez, o movimento de alterações significativas não vem de cima para baixo, mas amadurecido em discussões internas da comunidade acadêmica da ESEF/UFRGS.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRACHT, Valter. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. Vitória: UFES, 1997.

BRASIL. *Decreto-Lei n.1212/1939*, de 17 de abril de 1939. Cria, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

BRASIL. *Decreto-Lei n.8270*, de 03 de dezembro de 1945. Altera disposições do Decreto-Lei n.1212, de 17 de abril de 1939.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. *Resolução n. 69/1969*, de 06 de novembro de 1969. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização dos Cursos de Educação Física.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. *Resolução n. 3/1987*, de 16 de junho de 1987. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena).

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Resolução n. 7/2004*, de 31 de março de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em EF.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CONSELHO PLENO. *Resolução CNE/CP n. 1/2002*, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.



BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CONSELHO PLENO. *Resolução CNE/CP n. 2/2002*, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

BRAUNER, Vera Lúcia Pereira. *La formación del profesorado de Educación Física em la UFRGS*, Porto Alegre (Brasil). Tendências teóricas. 1999. Tese (Doutorado) – Educació Social Contemporánea, Universitat de Barcelona, Barcelona, 1999.

FRAGA, Alex Branco *et al.* Alterações curriculares de uma escola septuagenária: um estudo sobre as grades dos cursos de formação superior em Educação Física da ESEF/UFRGS. *Movimento*, Edição Especial ESEF 70 anos, Porto Alegre. 2010.

GOELLNER, Silvana Villodre et. al.; ESEF 65 anos: entre memórias e histórias. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 201-218, set./dez. 2005.

JOB, Ivone. *Educação Física no PPGCMH/UFRGS: uma visão a partir da análise de citações e perfil dos pesquisadores*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2006.

MAZO, Janice Zarpellon. Memórias da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Educação Física (ESEF/UFRGS): um estudo do período de sua fundação até a federalização (1940-1969). *Revista Movimento*, v. 11, n. 1, p.143-167, Porto Alegre, jan/abr. 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUZA NETO, Samuel de; ALEGRE, Atílio de Nardi; HUNGER, Dagmar Aparecida Cynthia França; PEREIRA, Juliana Martins. A formação do profissional de educação física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 25, n. 2, p. 113-128, Campinas, 2004.

**Contato:** [felipewachs@hotmail.com](mailto:felipewachs@hotmail.com)

**Recurso necessário:** Datashow